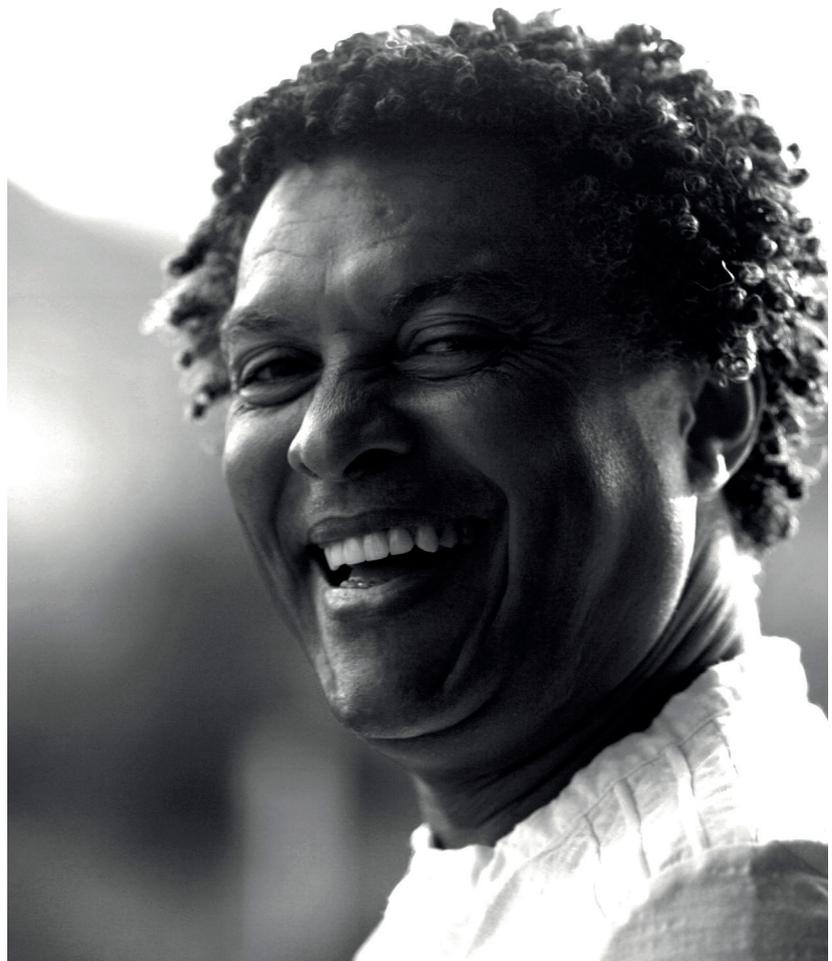

ENTREVISTA

MARIO LÚCIO SOUSA

Músico de Cabo Verde (cantor, compositor, arranjador e produtor), é uma referência em seu país, devido à sua alta qualidade das composições, arranjos e filosofia de seus álbuns. Está na pesquisa permanente sobre a música tradicional de Cabo Verde, dando-lhe sempre um ar fresco da modernidade, poesia e originalidade. É um dos maiores compositores do seu País, com músicas gravadas por Cesária Évora e quase por todos os novos cantores de Cabo Verde, mas também por brasileiros, franceses e italianos. Mario Lucio tem licenciatura em Direito. Foi deputado no parlamento cabo-verdiano (1996-2001). Atuou como Assessor do Ministro da Cultura (1992) e Conselheiro Cultural do Comissariado para a Expo / 92 e Lisboa/98. Embaixador Cultural de Cabo Verde. Ministro da Cultura (2011-2016)

O ENCANTADOR DE GENTE



Entrevista concedida à Cláudia Leitão no Fórum Internacional de Economia, Criatividade, Cultura e Arte (ECCA), no Dia Nacional da Cultura, Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 2015.

Cláudia Leitão (CL) – *O senhor nasceu em um arquipélago entre continentes. O senhor se sente africano? Se afirmativo, o que significa ser africano? E qual será o papel da África neste século?*

Mario Lúcio (ML) – É muito simples ser honesto. Mas quando a gente diz que é muito difícil ser honesto, é porque a gente não quer dizer as coisas que as pessoas querem ouvir ou, ainda, quando se tem medo do sistema. Há um grande debate em Cabo Verde: o que é que nós somos? Africanos ou europeus? Um grande intelectual cabo-verdiano chamado Baltasar Lopes da Silva resolveu a questão pela negativa. Não somos nem africanos, nem europeus. Mais tarde, outros intelectuais corrigiram dizendo: “Nós somos africanos, mas também somos europeus”. Com as minhas intuições e o meu pensamento sobre o fenômeno da criouliização, falo de uma cultura simples. Na cultura simples, não só podemos afirmar o que somos como também temos a liberdade de dizer o que não queremos ser. Isso é importante e poderia ser o “topo” do fenômeno democrático. A criouliização é a democratização da identidade. As pessoas já não têm uma identidade que é imposta pelo seu passado, mas são livres para escolher a sua própria identidade. No dia em que isso acontecer no planeta todo não haverá mais guerras étnicas, raciais, porque cada um escolhe a sua identidade. E, atenção! Também dá a liberdade ao outro de escolher sua identidade. Nisso, o meu sentimento é que eu tenho muito de África, mas seria hipócrita dizer que não tenho de Europa. Porque ao contrário dos continentais que tem quatro, cinco, seis milhões de história, a minha história começou no século XV. E quando eu viajo nas minhas raízes, se eu for pelo lado europeu, eu posso ir até o fratão dos fratais, encontro o pai do meu pai, bisavô da minha mãe, tetravô e vai pelo Algarve e pelo Alentejo adentro. Na África não. Vou até minha avó, minha bisavó que era escrava e depois... Eu caio no mar! O mar é um imenso cemitério de 11 milhões de escravos que saíram e não chegaram ao destino, entre os mais de 20 milhões! E eles estão ali. Eu não sei quem são, eu não sei de que etnia sou, eu não sei de onde vieram meus antepassados. Isso fez com que cedo nós constituíssemos uma identidade muito séria, muito frágil, mas que se consolidou com o tempo. Que é a identidade inicial

da não identidade. Você não tinha uma. Dentro de uma casa tem um pai branco europeu, uma mãe negra. Você pergunta sobre um dilema e a nossa identidade começou num dilema. Eu sou europeu, eu toco violão, eu toco violino, toco marimba, toco tantan ou toco piano? Qual a língua que eu falo? O português ou o manto, mandinga ou wolof? E quando olhamos para a nossa pele... Afinal, parece que minha pele é um “meio tom” entre você e eu, mas também sou um “meio tom” entre Nelson Mandela e Kunta Kinté, e tudo isso cria a possibilidade da gente criar uma terceira via. Como o terceiro olho. Essa terceira via é importante para a identidade porque cria a possibilidade de rejeitarmos pela primeira vez que quatro raças, cinco continentes, quatro oceanos ou cinco não são suficientes para albergar o “ser humano”. Tem que haver outro espaço que é o espaço cultural. Então a grande verdade minha que não é absoluta, mas que é dito com sinceridade é que eu me sinto crioulo. E quando digo isso eu tenho todos os continentes e todos os oceanos dentro. Tanto é que a pátria do crioulo não é a terra. É o mar, o Oceano Atlântico. Esse oceano que eu chamo de “matrimônio da humanidade”. Que casou com todo mundo e está ali disponível. A água tem esse dom. Parece que se movimenta, mas no fundo quando a terra gira a água se mantém. E faz essa inversão simbólica. Há muitos cabo-verdianos que dizem: “Não, eu sou africano!” São escolhas. Mas são escolhas políticas e filosóficas, e não identitárias. Porque no fundo como identidade nós somos todos os continentes.

CL – *Cabo Verde acaba de festejar 40 anos de sua independência. O que significa sua independência para o país? Qual o papel da diáspora cabo-verdiana? Qual o papel da diáspora para todos nós?*

ML – Amílcar Cabral foi magistral quando nos disse que “a independência é um ato cultura”. A independência em várias nações, em vários Estados e em vários países é sempre percebida como um processo político. Esse processo político vinha para restaurar um Estado, pré-existente, ou tentar recuperar uma nação, ou tentar a junção das nações, ou ainda tentar outra via da democracia. Em Cabo Verde, a independência é mais uma conquista cultural. Isto é, você tem um ser humano

que nasce numas ilhas longe dos continentes, nasce do encontro de culturas, nasce entre várias línguas, vários ritmos, vários sons e várias músicas, várias cores, vários nomes e apelidos. E ele fica completamente perdido. Mas de repente, ele inventa uma língua que é fruto de todas as línguas que estavam em comunhão. Pega a gramática da língua africana, dos “ianques”, do francês, do português, do latim, do italiano, faz essa combinação e faz uma língua crioula. Pega os instrumentos de corda, os instrumentos de percussão e reinventa e cria a sua própria música. Pega a cor da pele e cria uma identidade arco-íris que não se desfaz das cores, mas se desfaz nas cores e absorve as cores. Nisso chega um momento em que não há nenhum exército, por mais poderoso que seja capaz de enfrentar essa força! E quando essa identidade se consolida você vê que ninguém pode mandar em você. Então a última fase de uma consolidação cultural é eu ser o dono da minha própria cabeça. Mas que começou como um fenômeno cultural e não como um fenômeno de classe, de lutas, de guerras, de territórios. Não. É um fenômeno muito do indivíduo mesmo. Porque começou por ser independente em si, dentro de casa, na rua. Ser crioulo, independentemente do pai europeu ou da mãe africana que conseguiu colocar uma identidade no sistema. Então ele nem podia mais ser dominado nem pelos escravos, nem pelos patrões. Ele era ele e queria conjugar escravos e patrões. Então, a independência para nós foi dizer: “Nós não somos portugueses! Não dá, não tem jeito!” A gente não se sente, não tem forma. Mas também é uma anexação ao continente, ao Senegal ao outro continente. Também não. Porque ia haver outros conflitos. Nós não nos sentimos completamente ou só exclusivamente africanos.

CL – Gostaria de voltar à diáspora. Saber a sua visão sobre esse fenômeno.

ML – A diáspora tem um papel fundamental para a identidade cabo-verdiana. Porque nós mesmos somos diaspóricos. A palavra “diáspora” na etimologia que vem do grego quer dizer: “povo escorraçado”. Na verdade nós somos um produto. Porque do lado dos europeus, nós éramos o gene de uma escória, éramos bandidos que saíram da prisão, ladrões. Mais tarde, fomos prostitutas

brancas para poder compensar a raça no Império. Nós não somos descendentes de príncipes e comendadores e capitães donatários. Não. Esses têm seus guetos. Do outro lado, sim, nós somos filhos de gente dos porões, das galeras. Galera no sentido de navios de escravos. Então, nós assumimos essa diáspora desde o início. E o mais importante é que nós fabricamos a nossa própria diáspora. E quando nós saímos para a América, para as plantações de algodão, quando nós fomos para as Caraíbas, mesmo para a Europa, nós continuamos dizendo: “Atenção! Eu venho de umas ilhas onde já criamos uma identidade própria!”. E até na Rússia antiga, houve um cabo-verdiano que chegou a trabalhar na corte e teve cargos importantes, porque ele sabia línguas, era batizado... e era gente de confiança, porque trabalhava na harmonização, ele não podia eliminar nenhuma das partes. E essa diáspora foi cimentando uma identidade alternativa. Você podia acabar com todos os cabo-verdianos nas ilhas, mas já havia muitos cabo-verdianos plantados por aí. O que faz com que a diáspora constitua um dos nossos sete paradoxos que é termos mais gente a viver fora que as que vivem nas ilhas. E que exigem seus passaportes, seus documentos, falam suas línguas, fazem suas comidas, votam. E eles foram criando confiança. Que é uma coisa que os indianos vieram utilizar mais tarde, para ir para a Tanzânia, para o Zimbábue. Criando confiança... Afinal, os indús não são somente domadores de elefantes! Depois vem o comércio, que é o que os chineses estão fazendo. Mandam os chineses para abrir lojas em todo o mundo, mas vão conversando, as crianças vão juntos. Lembre-se que 20, 30 anos atrás quando você dizia: “Chinês? O que ele faz? O que ele come?” Era um estranho. As diásporas tem esse papel de aproximação e de criação de confiança. Então uma grande parte da luta de Cabo Verde se passou na diáspora. Primeiro porque nós somos o único país do mundo que fez a guerra em outro país para libertar o nosso. Cabo Verde foi fazer a guerra em Guiné-Bissau. Juntou-se com os guineenses, criou um partido para libertar dois países, na diáspora. Mas uma guerra importante se passou com a intelectualidade e com as artes. Na Holanda abriram uma editora. Em Portugal, foram para as universidades. A diáspora abrange revolucionários, fugitivos e discidentes.



FOTO SEBASTIÃO

Legenda: Circo no Cine São Luiz

Nós criamos base na Holanda, na Suécia, em Portugal, no Senegal. O partido era muito forte, Cabo Verde era muito amplo e isso criou uma mobilização mundial pra pressionar as Nações Unidas, pra pressionar Portugal, que Cabo Verde tinha de ser independente. Esse processo todo também dá uma lição à história. As terceiras identidades que se estão conformando no mundo e no futuro é próprio do ser humano, de todos nós passarmos a ter identidades múltiplas. Aí acabarão os guetos. Daí o medo de controlar as identidades. Todas as identidades acabarão por ser independentes. Porque eles são diásporas também. Há uma combinação perfeita entre o que é independência como ato de cultura e o fenômeno da diáspora da cultura, porque ele se faz cimento do planeta.

CL – Nos últimos meses como ministro da Cultura de Cabo Verde, qual o legado da sua gestão para o país? O

artista ajudou o ministro e será que o ministro ajudará o artista depois da gestão?

ML – Eu acho que os legados não são fatos concretos. Nenhuma ação pode ser tomada como legado, porque as ações são muito relativas. Mesmo que inauguremos o funcionamento do universo, qualquer dia haverá outra compreensão do funcionamento do universo. É assim a dinâmica do cérebro humano. Então, eu acho que não tenho nenhum legado para deixar ao meu país. E isso me dá muita tranquilidade! Sempre evitei que meu nome constasse nas placas, ocupações, essas coisas. Eu fui praticamente obrigado a aceitar uma condecoração, e agora na política, acabei aceitando ser um membro da Academia de Letras. A gente aceita porque no cargo onde se está não é possível recusar. Agora, provavelmente eu faço parte de uma grande equipe nacional e mundial que acredita que é preciso disseminar a ideia da cultura e lutar contra o establishment que já compreendeu o que é

a cultura. Não vamos ser inocentes dizendo que eles não sabem. Sabem e inverteram o papel e põem tudo sobre a cultura e não põem nada sob o “chapéu da cultura”. É porque entenderam isso. Põem a economia a pisar na cultura, põem as religiões a deturparem a cultura, põem as guerras esconder os conflitos culturais e põem o próprio planeta em causa. No fundo o que nós chamamos de ambiente é o estado do tempo, é o nosso termômetro cultural. O que nós chamamos de sustentabilidade, o que nós chamamos de aquecimento global, tudo isso são fenômenos culturais. Porque você não pode falar de aquecimento global no deserto de Kalahari, no deserto do Saara. Aquecer aquece sempre. É um fenômeno natural. E também, falar de resfriamento global nas calotas polares. Então você pega os paradoxos e junta. Fala de aquecimento global nos polos e fala de resfriamento no deserto. São percepções culturais, mas nós temos interpretações muito interesseiras que vão prejudicando o funcionamento do planeta. A própria forma como nós habitamos a terra tem a ver com a nossa cultura. A cultura do desgaste, do consumo. O importante, a meu ver, é que Cabo Verde assumiu com muita vontade política o papel da cultura e isso é que é obra coletiva de toda uma nação. O artista ajudou o ministro na medida em que o artista veio para o governo. Isto é, no dia anterior eu estava de sandálias, assim como estou vestido ainda hoje. E no dia seguinte eu fui tomar posse como eu estava vestido no dia anterior. Com as minhas sandálias, sem gravata – que eu nunca usei. E os meus discursos têm a mesma sinceridade. Claro que você vai encontrar os mais formalistas e os menos, mas isso deu certo conforto aos humildes. A gente é chamado para fazer aquilo que sempre fez. Por causa dos aplausos eu vim parar na política. Eu não vim para política para receber aplausos! Isso muda o papel entre o político e o artista. Por isso, gasto muito da minha energia pra ser o mais low profile todos os dias. Porque nós temos uma explosão de energia criativa. Mas eu não posso trazer os meus aplausos comigo para o governo porque pode tapar tudo, até o sol! Tem gente que está ali para brilhar porque, terminando o governo, faz a campanha eleitoral para outro governo. Vim cumprir uma etapa, mas tenho que ir embora. E voltar aos meus palcos e aos meus livros. O ministro ajuda o

artista sim. Porque o artista é mais egoísta. Nós somos o centro do universo, ainda que o universo não tenha centro. É próprio da nossa natureza saber que somos criadores. Na política eu aprendi a tolerar. Uma palavra dura, mas verdadeira. É preciso evoluir para aceitar que tudo que é contrário a mim é meu complemento. Não é a minha derrota ou o que vai me desfazer. Tudo que é favorável a mim é apenas uma repetição de mim. Eu sou apenas 50% do todo. Os outros 50% é aquilo que vem contra mim. Eu tenho que absorver e me complementar. Então eu parto hoje do princípio, quando vou dizer algo que, por mais incrível que pareça o outro já sabe metade. E ainda bem para ele poder me contradizer e me equilibrar! Isso eu aprendi com a política. A aceitar todo mundo, a opinião de todo mundo e também ter a noção da transitoriedade, que os políticos não têm. Eu vivi isso todos os dias com os meus colegas e você se está muito atento até tem vontade de rir... Porque você percebe que o político tem o poder e se sente no poder já na eternidade. Então você olha e diz: “Isso pode não passar de amanhã”. Se a gente governa dentro da transitoriedade toda a postura é diferente. Eu sempre governei por 12h e, se na hora seguinte eu tiver fôlego, vou pensar para mais 12h, tentando ver nas 12h passadas o que eu fiz de errado e o que eu fiz de bom, tentar corrigir e seguir.

CL – Por que o senhor preferiu adotar em sua gestão a expressão “economias criativas” no plural?

ML – A equação é muito simples. No Cabo Verde explicamos isso com palavras muito concretas. A minha natureza de poeta até há 10 anos atrás era muito carpetelhana e também com muita influência de Lezama Lima e Borges. E a poesia é muito esotérica. O budismo zen me trouxe a dificuldade das coisas simples. Então, eu estava subindo aos Himalaias, já cheguei ao topo agora tenho que descer, e é difícil. Então, tudo está na simplicidade. E o meu filho é meu barômetro. Dizia: “Papai, você fala e todo mundo não entende?” O que esse ministro falou? Claro que quando você é acessível, você é acessível para tudo. O que são economias criativas? É muito simples. Nós temos basicamente dois tipos de economia para falar de economia. Temos a economia especulativa, que é tudo. E temos as criativas, que somos nós. O diamante, o

petróleo, as armas, os bancos, é uma usura monumental. Tudo isso cai dentro do que nós podemos chamar de economia especulativa. E não é pejorativo. A especulação é o segredo do mercado. Você me empresta dinheiro e na minha cabeça já tiro o ganho. Eu ainda nem investi! O dólar subiu ou caiu: estou ganhando, estou perdendo. O barril de petróleo subiu, há sempre gente ganhando e perdendo. E um bom exemplo é a bolsa. A bolsa nunca perde. Ela sempre ganha. Porque quando perde, tem alguém ganhando. Agora nas economias criativas, não há lugar para a especulação. Então nós explicamos a população que é tudo que a gente faz sem admitir e sem introduzir a especulação. E isso passa pela senhora que faz os bolinhos de bacalhau. Por que bolinhos de bacalhau fazem parte da economia criativa e não especulativa? Primeiro porque a senhora que faz o bolinho só acrescenta o saber e pelo saber todo mundo paga. Se a senhora ficar rica e colocar o dinheiro no banco, a economia criativa poderá alimentar a economia especulativa. Agora tem que desenvolver um design para vender os bolinhos de bacalhau, tem de preservar a receita, será importante fazer um museu sobre o bolinho de bacalhau. É preciso continuar a ampliar o circuito. Isso não tem nada contra a poupança, porque na poupança o lado positivo é: você paga um guarda noturno para guardar sua casa, então eu vou colocar o dinheiro no banco. Eu pago o banco para guardar o meu dinheiro. Agora, o que o banco faz com meu dinheiro é que é especulativo. Isso sim foi um discurso que não teve oposição porque era novo. E o novo tem um lado bom, porque causa espanto. Nós tínhamos uma ideia estruturada. Tínhamos um setor internacional: você faz parte disso. Centenas de pessoas no mundo vêm se organizando para debater essa questão. E a população foi entendendo. Então nos bairros, nas localidades, os artistas – mesmo contestando, foram compreendendo. Já havia gente dizendo: “Eu faço, eu posso e eu sou autônomo”. Foi por aí que criamos o Banco da Cultura. Você pode sim criar um banco não especulativo, esse é o fenômeno. E o mais engraçado é que tem países que podem ter um Banco Criativo como um dos maiores bancos do planeta. Um desses países é o Brasil. Se você pegar todo o dinheiro da Lei Rouanet, todo o dinheiro do Fundo Nacional da Cultura, todos os fundos

para financiar a cultura dos bancos (como o BNDES) das estatais e das fundações que tem dinheiro pra financiar educação, a cultura, você teria no Brasil um dos maiores bancos do planeta! Esse dinheiro iria para um novo tipo de banco, um banco não especulativo. Então como não é especulativo, ele gera muito mais receitas, porque as receitas se expandem. Os ganhos são para multiplicar novas ações. Ninguém fica com os ganhos. Os ganhos são reaplicados. O que nós fizemos é que os próprios lucros já vão servir de garantia para novos empréstimos e assim vão gerar novos ganhos. Esse sistema é possível. O que eu vejo hoje em Cabo Verde, quando todo mundo fala de economias criativas. Mas o discurso foi assumido, e não pelas elites, foi assumido pelos criativos. Eu digo no plural porque não é uma economia, são pluralidades de economias e todas elas são criativas. Porque do outro lado você tem um monstro insaciável que é a especulação. Então é necessário para o equilíbrio do mundo que haja uma nova economia.

CL – Gostaria que o senhor falasse sobre a moeda cretcheu. Qual o papel dessa moeda, o que ela significa e de que medida essa moeda foi apropriada pela população cabo-verdiana?

ML – É um fenômeno engraçado porque uma vez na Ilha Brava nós instituímos um título de capital cabo-verdiana da cultura. Durante um ano, a gente escolhe uma cidade ou uma ilha e fazemos atividades culturais, realizando grandes eventos, restaurando o que patrimônio cultural, dentro das nossas possibilidades. Eu fui chamado pelo diretor do Banco Central que me disse: “O que está acontecendo aí na Brava que há uma moeda ilegal circulando e disseram que é do Ministério da Cultura?” Uma senhora tinha recebido a nossa moeda no banco, o “cretcheu”, que ela pode trocar pela moeda legal corrente de Cabo Verde. Ela foi a um banco tradicional e aí aconteceu o escândalo porque os funcionários não conheciam a nova moeda. Ao criar o Banco da Cultura nós começamos com o orçamento zero, não tínhamos nenhum centavo. Não estava no orçamento do Ministério a criação desse banco. Tivemos muitas discussões para legalmente permitirem criar o Banco da Cultura. Como é que a gente ia financiar os eventos sem dinheiro?

Cunhamos uma moeda alternativa! Eu mandei fabricar uns milhares de escudos em cretcheu. E esse valor o Ministério poderia pagar. Vamos imaginar que você tenha um evento aqui no Rio de Janeiro e precisa de dinheiro e não tem patrocinador, não tem nada... Então você pega o cretcheu e vai credenciar os taxis que aceitam cretcheu, hotéis, transportes aéreos, restaurantes. E é bonito porque você chega e vê uma placa: aceitamos cretcheu. Isto é um movimento incrível! A palavra “cretcheu” em língua crioula significa meu amor, meu bem querer. Então as pessoas diziam: “Tô aqui! Sou candidato!” Cria-se uma onda muito cinérgica. E nós conseguimos fazer o evento porque os produtores tinham o cretcheu. Há evidentemente um controle dessa moeda. Trabalham com a moeda alternativa enquanto buscam fomento entre dos patrocinadores, cooperação internacional, outros parceiros. Assim fizemos. Hoje temos completa autonomia. A moeda alternativa tem uma coisa fantástica: oficializa a troca. Se você fez sandálias e for a uma companhia aérea e disser: “Eu dou dois pares de sandálias e você me dá uma passagem pra Fortaleza”, a companhia aérea vai dizer que não, que não aceita as sandálias como moeda. Mas se você chegar com mil cretcheu, a moeda será aceita. Então você passa a fazer circular um dinheiro que encontra garantia nas sandálias que você produz. E assim o sistema funciona.

CL – *A economia criativa é transversal e envolve várias pastas de governo. O senhor tem conseguido realizar esse diálogo entre ministérios para avançar na formulação e implantação de políticas públicas para as economias criativas cabo-verdianas?*

ML – A gente conseguiu porque tivemos alguns episódios constrangedores. Quando começamos os primeiros conselhos dos ministros, quando se falava de cultura todos olhavam pra mim. Quando começamos a falar das economias criativas os colegas ministros também me olhavam. E eu pensava: “Muito bom, já estão olhando pra mim, mesmo se o tema é economia!” O mais interessante é que as economias criativas já estão para todo lado, exceto nos Ministérios da Cultura! Porque nós lá não produzimos, somos intermediários de políticas públicas. No fundo, o Ministério da Cultura é uma agência

governamental para que o setor chamado de “setor da cultura” tenha um intermediário junto do governo para as aprovações das leis. Mas o mais importante é que quando os meus colegas começaram a perceber isso houve um boom! O turismo começou a trabalhar com as economias criativas, as organizações das mulheres, os sindicatos. Eu fui visitar as cadeias, também instituições de trabalho com toxico-dependentes. E aí fornecemos os kits de percussão, materiais, porque eles usam isso como terapia. Mas essa também é uma atividade geradora de rendas. E nós conseguimos que a juventude, o Ministério da Juventude percebesse que a maior percentagem dos trabalhadores chamados criativos está no setor da juventude. Aí o Ministério da Saúde foi que financiou as casinhas do artesanato, porque a maioria das artesãs são mulheres e vivem no mundo rural. Também nos relacionamos com a Segurança, porque financiamos a sala de ensaio da banda militar. Os militares perceberam esse papel. Os militares no fundo não estão lá à espera da guerra. Acho até que têm medo, como toda gente. Então eles faziam todos os dias uma atividade qualquer, mas que não é capitalizada, de forma criativa. E uma das coisas que estavam fazendo é a nossa maior escola de música do país. E estamos trabalhando com o parlamento, quando vou aos grupos parlamentares. Conseguimos que se entendesse que o que nós estávamos chamando de economias criativas eram explosões de energias contidas em toda a sociedade civil, através de mecanismos autônomos de criação, ganho e perpetuidade dessas ações. Mostramos a potencialidade de criação de emprego, mostramos a potencialidade da sustentabilidade do sistema fiscal. Porque o artista desempregado custa 11 vezes mais ao Estado de que um artista trabalhando! Porque o artista desempregado tem que mandar o filho para a escola. Em Cabo Verde temos um sistema universal de acesso à escola. O Estado paga através da Fundação de Apoio às Escolas. Tem que ir ao dentista e o Estado paga. Precisa de óculos e o Estado paga. Fica doente e o Estado paga. Não tem casa e é o fundo social que tem que pagar! Mas quando você cria condições para esse artista produzir, o Estado vai buscar renda, vai buscar os impostos e ele financia suas atividades e suas necessidades diárias. Essa compreensão fez com que a maior aliada que

eu tinha no governo tenha sido a ministra das Finanças. Ela salvou a honra da cultura porque estava sempre do meu lado. Dizendo: “Já entendi”. Ia aos bairros comigo, e quando na cooperação internacional nos perguntavam o que a ministra das Finanças pensava, ela dizia: “Eu apoio!” O ganho fundamental está em considerar que Cabo Verde cai bem como um país criativo. Daí a invenção da nossa nova catalogação para um novo insumo. A “imatéria prima”. É com ela que nós trabalhamos.

CL – Cesaria Évora (embora não carregasse Cabo Verde no sobrenome) tornou-se um ícone do arquipélago. Diante de um ministro músico, pergunto: quais são as políticas públicas que o país vem adotando para desenvolver a economia da música no país e fora dele?

ML – Nós não temos camelos, temos um grande deserto marítimo. Então, não podíamos deslocar as nossas montanhas pra ir até Maomé. Sair de Cabo Verde custa caro. E cada vez que um artista cabo-verdiano tem que sair do arquipélago para um show no Brasil, ele já parte em desequilíbrio financeiro. Não é competitivo com o artista que mora no Brasil, por exemplo. Igual pra Europa e para os Estados Unidos. Esse fato por si sozinho já criaria um grande entrave. Por mais que a gente pudesse apoiar os artistas com passagens, com tudo. Mas você vai, faz um show numa sala e depois volta porque não tem a máquina da promoção. Então fizemos um esforço inverso. Vamos deixar as montanhas aqui e vamos tentar trazer Maomé. Fizemos esse trabalho. Fomos à Dinamarca em 2011. Eu me reuni com o presidente da WOMEX,

Christoph Borkowsky, e disse: “Quero criar um mercado musical no Atlântico”. E ele olhou para mim e disse: “Você está sonhando. Não vai dar certo. Não estou interessado”. Mas eu sabia que era a única sobrevivência que nós tínhamos e trabalhamos nesse sentido. Mobilizamos e convencemos as pessoas. A primeira coisa que nós fizemos foi convidar todos para Cabo Verde em 2012. Afinal, Cabo Verde não tinha outra saída senão criar um mercado de música pra trazer todos os grandes negociadores e investidores da área da música pra vir ver a nossa música. Dissemos a eles em Cabo Verde: “Vocês mandam na música do mundo. Se vierem para cá outros músicos de outros países também virão”. E acertamos. Em 2013 fizemos a primeira edição do Atlantic Music Expo. Somos o segundo entre os 10 mercados mais importantes de África. O primeiro está no Visa For Music do Marrocos. Mas nós, em três anos, passamos para o terceiro maior mercado da World Music. Depois vinham vários mercados africanos. Mesmo os europeus nós os ultrapassamos. Com o nascimento do mercado da China Sound of the City, da Circulart, na Colômbia, imaginamos que poderíamos descer no ranking, mas não descemos. Continuamos sendo o mercado mais afetivo. Quando todos esses profissionais do mundo da música vêm para Cabo Verde para ouvir os novos cases da nossa música e aos nossos concertos, eles também vão aos bares, aos restaurantes, às discotecas e ouvindo as ruas descobrem talentos. E os resultados têm sido extraordinários. Vários talentos vêm sendo descobertos. Paralelamente a isso, criamos um programa que apoia os músicos e os artistas



em geral. Todos os músicos cabo-verdianos que conseguem um lugar no mercado internacional viajam com o passaporte oficial do Estado e não precisam de visto. Também possuem subsídios e subvenções pras aquisições das suas passagens aéreas. Criamos um sistema no qual o artista não tem que vir pedir 10 euros, 100 euros para levar um disco para o Ministério da Cultura. Recursos que nunca serão satisfatórios. Criamos um sistema em que bons passam e os menos bons tem que lutar para passar. Mas a nossa política musical está conformada e já está consolidada.

CL – *A atividade turística é fundamental para as economias criativas. Como se dá a relação dos Ministérios da Cultura e do Turismo no desenvolvimento do turismo cultural? Qual é a sua leitura do turismo de massa conhecido como “all inclusive” e seu impacto sobre as economias criativas cabo-verdianas?*

ML – A relação é óbvia, mas nós ainda não chegamos lá. Nesse momento, cada setor trabalha de forma isolada. O sistema entre turismo e cultura ainda é um bicho e a sua conversão de lagarta a borboleta vai levar muito tempo. Nós investimos muito no turismo de massa, que no fundo não chega a ser tão massivo e no turismo all inclusive que também é um turismo all exclusive... Esse não é o melhor turismo para Cabo Verde. O turismo representa mais de 24% da nossa riqueza. Mas se a agências de turismo internacionais se zangarem, não haverá mais voos para Cabo Verde, fecharemos nossos hotéis e perderemos cerca de 20% de riqueza de um dia para o outro. Então, nosso turismo é um gigante na areia movediça. Esforços enormes têm sido feitos pelo governo, pela atual ministra, porque já compreendemos os riscos desse modelo. O trabalho é tão grande que ainda estamos no início do início para a criação de um turismo sustentável. Quando, em 2011, estive em São Nicolau para proferir uma conferência cujo título era “Turismo e cultura: perspectivas e desafios”, falei: “Não é só uma questão de semântica, nem também uma questão de ordem dos fatores, como se diz na matemática. Não é turismo e cultura, é cultura e turismo. Porque a cultura no seu exercício milenar de repente criou uma coisa fantástica que é o ser humano querer vivenciar novas experiências

e se deslocar”. Mas como não pode levar a casa às costas, alguém disse: “Eu vou preparar uma casa pra você ficar”. Mas também como gosta de vivenciar novas cozinhas vai lá também vivenciar a gastronomia. O encontro de culturas deu origem ao fenômeno do turismo. O turismo então é uma manifestação das culturas. O inverso não é verdade. A cultura não é uma manifestação turística, nem é um produto turístico. Então essa luta foi bonita porque 15 minutos depois a sala disse: “Mas, é verdade!”. Pois a cultura não é a cereja em cima do bolo. A cultura é o chão onde está a mesa, sob o qual está o bolo, sob qual está a cereja. Então você pode tirar a cereja e dar ao gato. E pegar do bolo e oferecer para as crianças, pegar a mesa e fazer lenha pra esquentar o chá, mas sempre ficará o chão. Mesmo com choques de placas tectônicas, que também existem na cultura, nas suas erupções, nascem sempre coisas boas. Frutificam a terra. Essa é a cultura. Até porque... olhe a palavra. É na terra que se cultiva não é no ar. Então hoje existe a ideia positiva de que Cabo Verde pode ter um turismo sui generis, muito próprio e baseado na cultura em toda sua acepção. Teremos que reinventar o turismo porque atualmente temos um turismo especulativo. A maior parte da moeda não entra no país, fica no exterior. A cultura deve chamar a si a reinvenção do turismo. A percepção já está feita. As pessoas não viajam por uma questão territorial, viajam por uma questão espiritual. Vão lá se alimentar de alguma outra coisa. Então é isso que deve ser explorado.

CL – *O continente africano é conhecido como um vasto território de saberes e fazeres ancestrais. Nesse sentido, qual é sua visão sobre as tradições artesanais do continente (máscaras, tecidos, roupas, esculturas) com o crescimento dos produtos “made in China”?*

ML – Cabo Verde é um país muito particular nesse sentido. Eu sou muito apologista dessa absorção. Para nós, a primeira etapa da criação é o acesso. Depois você faz uma espécie de reciclagem e então cria colocando a sua cultura no objeto ou no produto criado. Por isso não é estranho para nós que a gente fabrique a capa de um livro com tecidos que vêm de Moçambique ou da Tailândia. Já vi havaianas melhores que as havaianas brasileiras porque foram “crioulizadas”. Pegaram as ha-



FOTO SECULTE

Grupo de teatro do Theatro José de Alencar

vaianas brasileiras e colocaram uns brilhantes chineses e depois puseram umas pinturas africanas e ficou uma obra de arte. Isso é próprio do que eu chamo de crioulição e absorção. E quanto mais isso acontecer, menos exclusões haverá. Nós temos medo de assalto e nesse medo de assalto é que a gente começa a criar trincheiras. Quando você cria trincheiras, de um lado há uma coisa e, do outro lado, há outra. E isso acontece com os produtos. Quando nós sugerimos a ideia da marca “Created in Cabo Verde”, era só para fazer a diferença do “Made in”. Porque pode ser “Made in Anywhere”, mas se passar pelas nossas mãos é um produto novo. Cabo-verdiano tem a capacidade de fazer isso. Então, concluo citando o artesanato. Nós temos um artesanato muito eclético, feito com reciclagem de inovações, renovações e invenções. Por isso, em vez de formularmos sozinhos uma política para o artesanato, decidimos criar fóruns para incentivar o diálogo, que é muito importante. Fizemos o mesmo para o Carnaval. Os grupos de Carnaval no país não se

conheciam. Somos ilhas. E agora todos se encontram e se falam. O resultado é que todo o material utilizado no Carnaval, que antes era jogado no lixo, agora é mandado para outra ilha. Vão aos poucos aprendendo a trocar peças entre eles. Vão se ajudando. Os melhores passam as técnicas para os outros. Juntamos todo mundo: os velhos, os sábios, os profissionais que partilham seus saberes com os mais jovens. E agora criamos as casinhas de artesanato que vão trabalhar a marca a partir de uma certificação. Você sabe porque aquele produto criativo está certificado e então você compra. Ao lado sempre haverá um senegalês vendendo uma girafa que diz “Made in Cabo Verde”. Nós nunca vimos uma girafa ao vivo, porque não tem girafa em Cabo Verde! Mas tudo bem. Se alguém quer dizer que esteve na África, esteve em Cabo Verde e quer levar uma girafa, então leva. Se existe o artesanato surrealista, então porque não haveria uma girafa em Cabo Verde? Tudo bem. Em Cabo Verde esse fenômeno pode ser potencializado para tudo e ser-

ve para que se perceba que nós somos o movimento. E tudo o que é próximo passa, entra em nossa órbita. Nada nos ultrapassa. Tudo vira uma coisa nossa, pois orbita em volta de nós. E é isso que eu chamo de “Created in”. Não é uma invenção; é uma reinvenção. Quando os chineses chegaram em Cabo Verde, agora com os pequenos comércios, quase tudo ia fechando. Porque havia as “rabidantes”, senhoras que compram coisas e vão revender. Os chineses começaram a vender mais barato e aí ficaram muito inquietos. E já havia situações no Quênia e no Mali onde houve confrontos entre os vendedores locais e os chineses, que vendiam mais barato e quase destruíram o pequeno comércio local. Sabe o que os cabo-verdianos fizeram? Começaram a comprar dos chineses em grande quantidade e revendiam na rua como faziam antes. E até começaram a vender mais barato que os chineses! Aí os chineses se juntaram com os cabo-verdianos e importaram grandes quantidades e começaram a vender mais barato que as “rabidantes” Aí as rabitantes pegaram um avião e vieram para São Paulo, compraram toneladas de calcinha, de soutiens, de tudo, e foram vender mais barato que os chineses. E viajavam em classe executiva para poder levar mais peso. Essa capacidade de reciclar as circunstâncias é o que se pode chamar de economia criativa, que não é uma economia especulativa. É sobrevivência com criatividade. Isso produziu um fenômeno engraçado. Talvez Cabo Verde seja um dos países do mundo onde os produtos chineses têm melhor qualidade. Eu estava agora reformando minha casa. Fui numa loja com coisas vindas de Portugal, mas também entrei nos chineses e acabei comprando uma máquina Bosch. Porque eles sabem que se não vendem qualidade as rabidantes vendem. Então tentamos fazer isso com o artesanato. Que é um caso muito específico. E claro que se consegue. Há uma reciclagem permanente. E isso contribui para a imagem do país. Não é preciso folclorizar. Mas se passar pelas nossas mãos, será um produto novo criado em Cabo Verde.

CL – O senhor acabou de ganhar mais um prêmio literário, dessa feita em Coimbra, o Prêmio Miguel Torga. Pergunto ao escritor: qual é o presente e o futuro da língua portuguesa na África e nos demais países da CPLP?

A língua portuguesa é uma oportunidade ou uma ameaça para as economias criativas nesses países? E a língua crioula? Acabará por extinguir o português?

ML – O português e o crioulo são línguas complementares. São línguas até no beijo na boca! As duas têm de coexistir. Primeiro nós falamos um crioulo de base lexical portuguesa. Isso quer dizer que mais de 90% dos léxicos nós vamos buscar na língua portuguesa. Temos uma gramática mais baseada nas línguas africanas. Isso quer dizer que se entendermos bem como funciona a gramática crioula poderemos entender melhor como funciona a gramática portuguesa. E vice-versa. É o que acontece entre a língua portuguesa e a espanhola, por exemplo. A gente comete muito mais erros quando é para distinguir umas dessas línguas, quando você fala o francês ou alemão. São línguas tão próximas que você fica na dúvida se diz incluso ou inclusive. Então o crioulo português tem isso. Dominando as duas línguas a gente consegue fazer isso. Mas em Cabo Verde tem um fenômeno que eu acho raro. Nós somos bilíngues por natureza. E passamos de uma língua a outra com facilidade. Toda a nossa comunicação cotidiana e informal se passa em crioulo, mas de repente a gente escreve em português e nem sente. É uma convivência muito sã e não há impedimentos. O que está a acontecer é que o crioulo começa também a não querer se distanciar tanto do português. As línguas são parecidas e ficaram muito próximas. Também começa haver mais respeito da língua portuguesa pela língua crioula. Começou sendo uma coisa pejorativa considerada um dialeto. Depois começou sendo uma língua que ainda não nos levava a nenhum lugar. Até que com as nossas próprias produções na literatura, na poesia, mas também no pensamento crioulo, a língua crioula começou a angariar respeito. E isso está sendo muito benéfico agora. Mas ainda falta um pensamento global sobre os sistemas linguísticos novos. A própria língua portuguesa pode ser considerada uma língua crioula. A língua portuguesa atual. Como o inglês, que também é uma das primeiras línguas crioulas do mundo. Então é essa percepção. Porque o crioulo é a única língua do planeta em que você diz língua crioula, mas que é falada em várias línguas. Então estou me referindo a um sistema linguístico. Porque quem fala o crioulo com base no lé-

xico português, como se fala em Cabo Verde, São Tomé, Guiné Conacri, Guiné Bissau, não entende quem fala o crioulo com base lexical francesa, como na Martinica ou na Guadalupe. Mas todos se sentem crioulos! É uma língua “mátria”, uma língua útero! Depois cada um tem seu filho que fala sua própria língua. Isso é uma coisa muito bonita. Línguas crioulas poderiam ser essas línguas que nascem do encontro de línguas. E são línguas que advêm da procura e da busca da conjugação de várias línguas. Mas também se trata de um fenômeno novo das periferias do mundo, fruto da conquista urbana dos movimentos pós-modernos do hip-hop, da contracultura, mas também dos desenraizados. As línguas das periferias de uma mesma cidade já não são as línguas dos centros urbanos. E no conjunto você começa a ter uma língua crioula porque que tem diversas pequenas manifestações linguísticas dentro dela. O francês que se fala na banlieu de Paris não tem nada a ver com o francês que se fala no centro de Paris. Criou-se uma linguagem própria utilizando as palavras de forma completamente inovadora. Essas línguas novas que são línguas crioulas começam a angariar respeito.

CL – Cabo Verde tem sido apoiado por organizações internacionais para ser um piloto em novos projetos de desenvolvimento. Qual é o papel de Cabo Verde na ONU e o papel da ONU/Unesco/UNCTAD em Cabo Verde?

ML – Muitas vezes há imposições, mas nós reinventamos. Veja o nosso próprio sistema democrático. Cabo Verde é um dos poucos países da África que possui um presidente da República, um Parlamento e um primeiro ministro. Na maioria dos casos, são sistemas presidencialistas. E nós conseguimos harmonizar. Porque o presidente tem muitos poderes: é o chefe das forças armadas, é o representante máximo da nação, mas não é chefe do governo. O primeiro ministro é que é chefe do governo. Por sua vez, o Parlamento é quem vota as leis e chama a atenção do governo. Cabo Verde sempre foi um laboratório. E é por isso que as coisas deram bons resultados. Há um bom exemplo, falando de laboratórios. No século XV e XVI nós fomos um entreposto de escravos, quando Bartolomeu de las Casas percebeu que os índios morriam por não aguentarem o trabalho

e que os negros poderiam ser uma alternativa. Os primeiros foram parar em Cabo Verde. Os primeiros negros que vieram para o Brasil saíram lá de Ribeira Grande de Santiago de Cabo Verde. Não vieram diretamente do continente. Esses negros chamados de negros ladiños porque eram batizados e sabiam falar línguas, eram mais caros. Era uma experiência da convivência. Havia, então, como eles diziam, alguns negros domados, mas também, animais (como os cavalos) para saírem de um continente para outro passavam por Cabo Verde. Como as cabras. Também as plantas. Várias plantas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro passaram por Cabo Verde para se tropicalizarem! Passaram por uma adaptação de anos e depois eram transplantadas. Várias plantas para o Brasil, para a Europa, até mesmo para a África tinham que passar em Cabo Verde. Sempre fizemos esse papel de “laboratório”. Mas fomos, sobretudo, laboratórios de seres humanos. Como é que se convive dentro de uma mesma casa com o carrasco, o patrão, da mesma pele ali? Também fomos um laboratório depois da independência, também para as Nações Unidas. O país acabava de conseguir a independência e o novo governo encontrou mais ou menos o correspondente a 130 euros no cofre do Estado. O país não tinha nada. Com grande analfabetismo (quase 75% da população era analfabeta) e absoluta pobreza. Naquele momento, o país contava com dois médicos e duas escolas secundárias. O que o governo fez? Contra a vontade da comunidade internacional não distribuiu a ajuda alimentar. Vendeu o que recebeu! Se a começássemos a dar criaríamos dependência. Assim, surgiu uma empresa pública de abastecimento. Vendia a ajuda a alimentar internacional e com o dinheiro da venda aplicava em projetos de desenvolvimento do país. E foi com esse dinheiro que se construiu os primeiros diques de contenção de água, as primeiras escolas. Cabo Verde foi um laboratório de reciclagem da ajuda pública para o seu desenvolvimento! Por isso temos esse respeito em tudo. Cabo Verde foi o primeiro país do mundo a levar um concerto musical pra dentro da Organização Mundial do Comércio. Fomos o primeiro país a levar a cultura para os programas da OMC! Discutimos, batalhamos, apresentamos ideias. E agora podemos concorrer aos



FOTO SECULT/CE

Boi. Dia de Reis na Praça do Ferreira

financiamentos. Cabo Verde faz essas coisas, tem essa possibilidade laboratorial.

CL – Enquanto músico, compositor e escritor, o senhor é um defensor do direito de autor. Como o senhor vê a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e sua atuação junto aos países africanos na produção do copyright? É tarefa do Estado a repressão à pirataria entre países que têm pouco acesso ao consumo/fruição de bens e serviços culturais?

ML – Eu sou contra a pirataria porque eu sou contra tudo que é ilegal. Agora minha postura desde o início é dizer: “Não vamos copiar os métodos dos outros”. A pirataria é condenável eticamente, moralmente. Porque você está fazendo uso ilícito de algo que não é seu. É um roubo. Mas na forma de combate será que a repressão é a melhor forma? Ou existem outras? De início a gente tem que ter coragem e honestidade de dizer claramente as coisas. Porque muitas vezes nós somos educados na “forma ocidental”. Lemos nos jornais e nos livros as visões

hegemônicas de mundo que acabam por formatar o pensamento. A pirataria é só aquilo que a lei diz que é ilícito? Que é imoral? Ou existem outras formas de pirataria? Também existem. A forma como nos enganam os que combatem a pirataria também é um tipo de pirataria! Veja o dinheiro que se gasta no mundo para combater o tráfico de drogas. Eu sou contra o consumo de várias drogas, mas temos que ter a noção de que o combate ao narcotráfico é também um negócio a favor de alguém ou de alguma coisa. Não é somente combatendo a importação da marijuana e sua comercialização. Você não pode dizer que a droga mata e gastar bilhões para combater a droga, ou que a guerra mata e gastar bilhões para combater a guerra. É essa hipocrisia que faz parte da nossa história. A pirataria é como a corrupção. Você cria leis que supostamente são para impedir algumas coisas e deixa brecha para que a corrupção tenha lugar. O que eu quero dizer com isso é que não se deve perseguir o pirata. O pirata está fazendo uma ação. Essa ação é ilícita enquanto a lei quiser. Porque é muito simples, a lei diz que quem matar

o outro tem 14, 20 ou 30 anos de prisão, dependendo do país. Mas se amanhã você disser que assassinato não é crime, já não é. É a lei que cria o crime, não é o crime que cria a lei. É crime fazer download de obras? Copiar CDs? É preciso encontrar alternativas. Todos os materiais que são comercializados pagam uma taxa para ressarcir os autores. Todo o acesso à internet tem que pagar uma taxa para ressarcir os autores. Aí o pirata simplesmente passa da figura do ilícito legal para uma figura de prática fiscalizada. Grandes nomes mundiais não deixam que os Estados cobrem taxa sobre os tablets e smartphones, pen-drivers e computadores que têm memória ou, ainda, sobre a internet. Essa é a grande questão. Então é muito fácil fazer com que esse sistema chamado pirataria participe da economia criativa pagando pelo que faz. Os autores não querem que os piratas sejam perseguidos. Querem que os piratas paguem e passem a praticar a licitude. Independentemente daqueles que não vão pagar nunca. Esses, sim, são os piratas e devem ser perseguidos. Mas o combate à pirataria, tomando a pirataria nesse caso como uso ilícito de obras artísticas ou outras, o Estado tem toda a competência e mecanismos para fazê-los participar do sistema, pagando pelo que consomem. Sou contra a pirataria e contra as formas hipócritas de combate à pirataria. É preciso vontade política para se mudar o sistema. É o que nós vamos passar no parlamento cabo-verdiano. Vamos taxar os instrumentos que permitem a pirataria e também a internet para ressarcir os autores. Não vão ser só os autores cabo-verdianos que receberão seus direitos de autor, mas todos os autores do mundo poderão receber seus direitos autorais em Cabo Verde, a partir da taxação da internet. É vontade política, é coragem e é também a possibilidade de um país novo que ainda não é controlado por lobbies da indústria cultural e das comunicações. Felizmente!

CL – Qual será a maior lembrança que guardará da sua experiência como ministro da cultura do seu país? O que mais lamenta não ter podido realizar?

ML – Meus concertos nos fins de semana. Deixei de fazer as coisas simples que eu gostava de fazer como encontrar com os amigos e ficar com eles! Momentos em que a vida está no ar, no planeta, no chão e não no

escritório! Isso eu deixei de fazer. Mas de um modo geral, eu vou fazendo o que eu sempre fiz. Os jornalistas me perguntaram isso há pouco tempo: “Como ser ministro sendo tão sonhador?” Eu respondi: “É para isso que me pagam! Eu sonho enquanto eu estiver acordado!” Mas aos domingos, descanso. E isso que eu tento fazer todos os dias. Minha filha me perguntou o que é ser ministro. E eu dei uma resposta rápida: “Eles me pagam para fazer aquilo que antes eu já pensava e que agora tenho mecanismos para realizar”. O “ser ministro” é isso. Depois do Ministério gostaria de ser jardineiro em um hotel de Cabo Verde. E viver de forma mais calma e tranquila.

CL – Qual sua mensagem para um gestor cultural brasileiro e para todos os jovens que estão sonhando e querendo trabalhar com a cultura?

ML – Eu tenho pensado que nunca é bem vindo deixar mensagens para outros ou dizer-lhes o que eles devem fazer. Cada experiência é uma experiência, cada lugar é um lugar, e tem gente que aceita e outros que não aceitam. A minha experiência na gestão pública me sugere que o gestor deve conhecer bem a pessoa que está à frente dele. No imediato se a gente trabalhar por aqueles que estão próximos. Faça ao outro aquilo que eu te fiz e isso se propaga. Não tem nenhuma filosofia quântica atrás. O mal acontece aonde o bem é suprimido. Então, se a gente se fiscalizar e fizer o bem, tudo dará certo. Adoto sempre os quatro princípios da felicidade: evitar o mal antes que aconteça, resolver o mal logo que acontecer, fazer o bem e instigar que se faça o bem, estimular aqueles que já estão fazendo o bem. Isso é cultura e tem a ver com várias zonas do planeta. Estamos falando de relações humanas. O gestor público antes de tudo é aquele que fará uma boa gestão com honestidade, com equanimidade, aquele que usar o que tem e não mais que isso. A cultura é uma boa escola pra isso: fazer o bem e servir ao outro porque isso leva ao essencial que é o conhecimento do nosso país. Mas ninguém conhece um país se não conhece o próximo. Não sei da onde vem essa palavra “próximo”, mas acho engraçado porque é aquilo que vem daí. Para os gestores públicos da área da cultura, a fórmula é essa mesma: é preciso crer pra ver.